



O PAPEL DO BRICS PARA A ASCENSÃO CHINESA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: O CONSENSO INTERNACIONAL COMO ELEMENTO NECESSÁRIO À HEGEMONIA

Ester Gruppelli Kurz¹
William Daldegan²

Resumo: A pesquisa investiga como o BRICS acomoda os interesses chineses na economia-mundo capitalista. O objetivo é compreender de que forma o grupo pode contribuir para um possível próximo Ciclo Sistêmico de Acumulação liderado pela China. São examinadas as Declarações de Cúpula do BRICS, os Planos Quinquenais e os Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China desde 2011. A hipótese é que, por meio do BRICS, a China constrói consenso internacional, elemento necessário à hegemonia. O grupo reforça a política externa chinesa ao projetar a imagem de um país em desenvolvimento preocupado com a periferia e disposto a assumir papel ativo na governança global. Nesse processo, a China oferta bens públicos internacionais, como estabilidade econômica, segurança, proteção ambiental e infraestrutura.

Palavras-chave: China. BRICS. Política Externa. Economia Política. Países em Desenvolvimento.

THE ROLE OF BRICS IN CHINA'S RISE WITHIN THE CAPITALIST WORLD-ECONOMY: INTERNATIONAL CONSENSUS AS A PREREQUISITE FOR HEGEMONY

Abstract: This research investigates how BRICS accommodates Chinese interests within the capitalist world-economy. The aim is to analyse how BRICS may contribute to a potential forthcoming Systemic Cycle of Accumulation led by China. The study examines BRICS Summit Declarations, China's Five-Year Plans, and the Reports of the Communist Party of China Congress released since 2011. The hypothesis is that, through BRICS, China builds international consensus, an essential element of hegemony. The group strengthens Chinese foreign policy by projecting the image of a developing country concerned with the periphery and willing to take on a more active role in global governance. In this process, China provides international public goods such as economic stability, security, environmental protection, and infrastructure.

Keywords: China. BRICS. Foreign Policy. Political Economy. Developing Countries.

EL PAPEL DEL BRICS EN EL ASCENSO CHINO EN LA ECONOMÍA-MUNDO CAPITALISTA: EL CONSENSO INTERNACIONAL COMO ELEMENTO NECESARIO PARA LA HEGEMONÍA

Resumen: La investigación analiza cómo el BRICS acomoda los intereses chinos en la economía-mundo capitalista. El objetivo es comprender de qué manera el grupo

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, Brasil, gruppellikurzester@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0007-3270-0019>.

² Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, curso de Relações Internacionais e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Pelotas, Brasil, william.daldegan@ufpel.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-5806-0557>.

puede contribuir a un posible próximo Ciclo Sistémico de Acumulación liderado por China. Se examinan las Declaraciones de las Cumbres del BRICS, los Planes Quinquenales y los Informes del Congreso del Partido Comunista de China desde 2011. La hipótesis plantea que, a través del BRICS, China construye consenso internacional, un elemento necesario para la hegemonía. El grupo refuerza la política exterior china al proyectar la imagen de un país en desarrollo preocupado por la periferia y dispuesto a asumir un papel activo en la gobernanza global. En este proceso, China ofrece bienes públicos internacionales como estabilidad económica, seguridad, protección ambiental e infraestructura.

Palabras clave: China. BRICS. Política Exterior. Economía Política. Países en Desarrollo.

Introdução

A emergência da China ocorre em um contexto de declínio da hegemonia estadunidense na lógica dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA). A abordagem dos CSA estabelece que o capitalismo se organiza em torno de hegemonias sucessivas. Cada ciclo possui como núcleo dinâmico um Estado hegemonic, responsável por liderar a economia mundial durante determinado período histórico. Esses ciclos desdobram-se em duas fases: a expansão material, caracterizada pela liderança do Estado hegemonic na produção e no comércio globais; e a expansão financeira, fase na qual, diante da queda das taxas de lucro produtivo, o capital migra para atividades financeiras, sinalizando o início do declínio do ciclo vigente e a preparação para uma nova hegemonia (Arrighi, 1997; 2013). As hegemonias combinam coerção, sustentada em capacidades militares, e consenso, construído por meio da oferta de bens públicos internacionais e da criação de normas percebidas como de interesse comum (Arrighi; Silver, 1999).

Desde a década de 1990, a China passou a desempenhar o papel de principal motor da expansão comercial e econômica na Ásia Oriental e em outras regiões, rompendo com a lógica de subordinação ao centro estadunidense. As contradições entre centro, semiperiferia e periferia refletem a forma histórica de organização social baseada na divisão internacional do trabalho, que estrutura a hierarquia global característica da economia-mundo capitalista (Wallerstein, 2011a; 2011b; 2011c). Ao impulsionar a industrialização, os investimentos em infraestrutura e a internacionalização de suas empresas estatais e privadas, a China consolidou-se como um novo centro dinâmico de acumulação de capital (Arrighi, 2008). Adicionalmente, engajou-se de forma mais ativa em temas globais como o controle de armamentos, operações de paz, proteção ambiental e comércio internacional (Foot, 2010). A ascensão chinesa pode, assim, ser interpretada como expressão de sua crescente centralidade nas cadeias globais de valor, de sua capacidade de

acumulação de capital em escala sistêmica e de sua atuação estratégica na reconfiguração das instituições de governança global.

Nesse contexto, destaca-se a participação chinesa no BRICS, alinhada à sua política externa voltada à ampliação da influência global e à construção de uma ordem internacional multipolar. O BRICS emerge, no cenário pós-crise financeira de 2008, como uma iniciativa de reforma das instituições econômicas globais, historicamente dominadas pelos países centrais ocidentais. Trata-se de um arranjo de cooperação multilateral desprovido de institucionalização formal. Sua atuação baseia-se na flexibilidade e na construção de consensos entre os membros, sem impor restrições às estratégias nacionais (Daldegan; Carvalho, 2022; Duggan; Azalia, 2020). Essa característica permite ao grupo adaptar-se a diferentes conjunturas e interesses, reforçando seu papel como plataforma para a articulação de reivindicações do Sul Global e para a projeção internacional da China.

A presente pesquisa parte da seguinte pergunta: de que forma o BRICS acomoda os interesses chineses na economia-mundo capitalista, em um contexto de declínio do poder estadunidense, considerando o expressivo desenvolvimento econômico alcançado pela China no cenário internacional? O objetivo geral é investigar como o BRICS pode contribuir para que a China se torne o centro hegemônico no próximo CSA. Os objetivos específicos são: identificar os principais interesses chineses no atual CSA; analisar o papel do BRICS nesse ciclo; examinar a influência chinesa na condução do grupo; e explorar como o BRICS contribui para a construção de consenso internacional em torno da projeção chinesa.

A hipótese central é que, por meio do BRICS, a China tem conseguido construir consenso internacional, uma vez que o grupo se alinha à sua política externa de expansão e influência. O BRICS reforça a posição chinesa como potência emergente e projeta sua imagem como país em desenvolvimento comprometido com as demandas da periferia, ao mesmo tempo em que assume um papel mais ativo na arena internacional. Tal identidade favorece o apoio de países periféricos, ao apresentar os interesses chineses como convergentes com os do Sul Global, e facilita a interação com o centro, à medida que a China não é percebida como uma ameaça direta à hegemonia ocidental.

O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 2011, ano da primeira reunião oficial dos cinco membros originais do BRICS^{3[1]} - Brasil, Rússia, China, Índia e

³ A primeira reunião oficial do BRICS, em formato de Cúpula Anual de Chefes de Estado e de Governo, ocorreu em 2009 na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia. Naquele ano faziam parte do

África do Sul – e do lançamento do primeiro Plano Quinquenal posterior à constituição do agrupamento. A análise fundamenta-se em documentos oficiais, com destaque para os Planos Quinquenais e os Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China, que delineiam as metas do governo chinês, bem como nas Declarações de Cúpula do BRICS, principal fonte primária sobre a atuação do agrupamento.

O artigo organiza-se em três partes além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta os conceitos de CSA e hegemonia, que fundamentam o referencial teórico da análise. A segunda parte traça um panorama histórico da ascensão chinesa e da formação do BRICS, explorando os Planos Quinquenais, os Relatórios do Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC) e as Declarações de Cúpula do BRICS. Por fim, a terceira seção discute o papel da China no âmbito do BRICS, examinando as convergências entre seus interesses estratégicos e os objetivos do grupo.

Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e o conceito de Hegemonia

Os ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) constituem uma ferramenta analítica central para compreender a evolução histórica do capitalismo ao longo dos últimos 6 séculos. Diferentemente de modelos lineares ou repetitivos, os CSAs descrevem um padrão de desenvolvimento que, embora apresente características estruturais recorrentes, é condicionado por transformações históricas, sociais e geopolíticas. Por essa razão, devem ser entendidos mais como um parâmetro comparativo do que como um modelo rígido e determinista.

Cada CSA é caracterizado por uma combinação específica de acumulação de capital e projeção de poder estatal, concentrada em uma região ou país que, por um período histórico determinado, ocupa a posição de hegemonia na economia-mundo capitalista (EMC). Tal hegemonia manifesta-se não apenas por meio da superioridade militar ou econômica, mas também pela capacidade do Estado hegemônico de estabelecer regras, instituições e normas reconhecidas como legítimas pelos demais atores do sistema (Arrighi, 2008, 2013).

agrupamento apenas Brasil, Rússia, Índia e China. A adesão da África do Sul ocorreu em 2011, conformando os cinco membros originais: Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul.

Ao longo da história, identificam-se quatro grandes ciclos: o ciclo genovês (do século XV ao início do XVII), baseado na hegemonia financeira das cidades-Estado italianas, especialmente Gênova; o ciclo holandês (do século XVI ao século XVIII), marcado pela ascensão comercial e marítima dos Países Baixos; o ciclo britânico (do século XVIII até início do século XX), centrado na Revolução Industrial e no domínio imperial britânico; e o ciclo estadunidense (a partir de 1870), consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial e que entra em fase de declínio a partir da década de 1970 (Arrighi, 2013).

Cada ciclo apresenta duas fases distintas: a expansão material e a expansão financeira. Na fase de expansão material, o capital é majoritariamente investido em produção de mercadorias, caracterizando-se por inovação produtiva, industrialização acelerada e aumento do comércio internacional de bens e serviços. Já na fase de expansão financeira, o declínio da taxa de lucro produtivo leva o capital a migrar para atividades financeiras, resultando na centralidade de operações como crédito, especulação e investimentos nos mercados de capitais, dissociados da produção material.

Conforme os CSA avançam, observa-se uma tendência à expansão geográfica, intensificação sistêmica e à duração da duração de cada ciclo. Ou seja, os ciclos tornam-se progressivamente mais amplos, mais complexos e mais acelerados.

A transição entre CSA ocorre durante uma crise financeira sistêmica, que marca o fim da fase de expansão material do ciclo anterior. O Estado hegemonicó em declínio tende a intensificar a financeirização de sua economia como estratégia para manter sua posição de liderança. No entanto, essa "prosperidade" baseada em finanças – como a *Belle Époque* britânica ou o *boom* financeiro dos EUA nos anos 1980-1990 – revela-se insustentável, antecipando o colapso do ciclo vigente. Adicionalmente, durante essa transição, é comum que o Estado em declínio continue a financiar, mesmo que indiretamente, o surgimento do novo centro hegemonicó, uma vez que o capital busca novas oportunidades de rentabilidade em espaços emergentes (Arrighi, 2008, 2013; Arrighi; Silver, 1999). Assim, de modo paradoxal, os Estados em decadência contribuem para a ascensão de seus próprios sucessores.

Atualmente, o capitalismo global vive a fase de expansão financeira do ciclo estadunidense, caracterizada por instabilidades recorrentes, intensa financeirização e perda de dinamismo produtivo. Paralelamente, observa-se o fortalecimento da

China como um novo centro produtivo, tecnológico e político (Arrighi, 2008), sugerindo o possível início de um novo CSA sob sua liderança.

No âmbito do sistema interestatal capitalista, hegemonia refere-se à capacidade de um Estado em fazer com que seus interesses específicos sejam percebidos como interesses universais pelos demais atores do sistema. Tal condição resulta de uma combinação de coerção - sustentada por capacidades militares - e consenso - alcançado por meio da oferta de bens públicos internacionais que beneficiam o sistema como um todo (Arrighi; Silver, 1999). Hegemonia, portanto, não se confunde com dominação puramente coercitiva.

[...] hegemonia é o poder *adicional* que advém de um grupo dominante em virtude de sua capacidade de *guiar* a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviço de interesses mais gerais (Arrighi, 2008, p. 159-160, grifos do original).

Na prática, o poder hegemonic sustenta-se em duas bases fundamentais: a capacidade de coerção, expressa na força militar, e a capacidade de construção de consenso, por meio da criação de instituições e normas que organizam a EMC. Esse consenso materializa-se, em outros mecanismos, pela constituição de um “condomínio de poder”, núcleo restrito composto pelos países que ocupam posições privilegiadas no sistema mundial, e pela oferta de bens públicos internacionais (Arrighi, 2013).

Historicamente, diferentes hegemonias ofereceram distintos tipos de bens públicos. A hegemonia holandesa, por exemplo, foi a primeira a estruturar tais bens, incluindo o direito internacional, a rede internacional de comércio marítimo e o Sistema de Estados de Westfália. No entanto, esses bens tinham caráter predominantemente político, o que limitava o alcance do consenso, mantendo a coerção como principal instrumento de poder (Arrighi, 2013). A hegemonia britânica, por sua vez, equilibrava coerção e consenso de forma mais eficaz. A Grã-Bretanha liderou a construção do Sistema de Viena, baseado no equilíbrio europeu de poderes, ao mesmo tempo em que promoveu a expansão do comércio e das finanças internacionais, criando um ambiente favorável à acumulação global de capital (Arrighi, 2013).

Já a hegemonia estadunidense, além de inéditas capacidades de coerção – como o arsenal nuclear – forneceu bens públicos por meio de um sistema de equilíbrio de poderes centrado na Organização das Nações Unidas (ONU) e em uma arquitetura financeira internacional regulada. Esse sistema financeiro foi organizado a partir da adoção do padrão ouro-dólar, de taxas de câmbio fixas para incentivar o

comércio internacional e de restrições à mobilidade de capitais internacionais para evitar instabilidades financeiras (Arrighi, 2013). Esses bens públicos estão associados com instituições políticas que organizam internacionalmente o sistema financeiro, o comércio e a diplomacia. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), posteriormente transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o G-7 passaram a orientar a política econômica mundial (Visentini, 2015).

Para que a expansão material da EMC seja viável, o Estado hegemônico precisa garantir segurança e previsibilidade ao sistema. Isso demanda transformações estruturais nas regras e instituições internacionais. No ciclo britânico, por exemplo, a abolição do tráfico de escravos foi condição necessária para a expansão do comércio global. No ciclo estadunidense, o fim do colonialismo formal foi essencial para a integração de novos mercados (Silver; Arrighi, 2012). Assim, um novo CSA exigirá da hegemonia emergente a capacidade de enfrentar desafios contemporâneos como a ampliação da inclusão social, a redução da desigualdade entre Norte e Sul Global, a minimização do desperdício de recursos e a construção de um modelo de acumulação mais sustentável (Silver; Arrighi, 2012).

Importante ressaltar que a transição hegemônica não se dá de forma linear. Ela é marcada por um período de caos sistêmico, caracterizado por crises, competição interestatal, conflitos sociais crescentes e reconfigurações no poder global. Apenas quando um novo Estado consegue oferecer soluções viáveis e institucionalizar novos padrões globais é que se inicia um novo ciclo de acumulação (Arrighi, 2008, 2013; Arrighi; Silver, 1999).

O ciclo estadunidense, cujo auge ocorreu entre 1945 e 1973, enfrenta crises sucessivas desde os anos 1970. As derrotas militares, a crise do padrão ouro-dólar, os movimentos sociais de 1968 e, mais recentemente, a Guerra ao Terror, o crescimento econômico da Ásia e a crise de 2008 sinalizam o declínio da hegemonia estadunidense (Wallerstein, 2004; Héder, 2021).

A crise de 2008, em particular, acelerou a erosão da confiança no Ocidente e abriu espaço para novos atores, como o BRICS, que se beneficiaram de um contexto de maior abertura política e econômica global (Fonseca Junior, 2013; Visentini, 2017). Paralelamente, houve uma tentativa frustrada de modernizar instituições como FMI e Banco Mundial, revelando o descompasso entre o peso econômico crescente dos países emergentes e sua influência política (Tokhi, 2019).

Nesse cenário, observa-se uma bifurcação no poder global: enquanto o poder militar permanece concentrado nos EUA, o poder financeiro e produtivo migra gradativamente para a Ásia, especialmente para a China (Arrighi; Silver, 1999; Arrighi, 2008).

Vieira (2025) analisa a trajetória da China na EMC a partir de três fases distintas. A primeira, entre 1840 e 1949, caracteriza-se por uma incorporação forçada e parcial, marcada pela imposição de tratados desiguais e domínio estrangeiro sobre setores econômicos estratégicos, o que limitou a autonomia chinesa. A segunda fase, de 1949 a 1978, corresponde a um retraimento e integração mínima, em que o país, sob o comando do Partido Comunista, buscou a autossuficiência e o distanciamento do sistema capitalista global. Por fim, a partir de 1978, com as reformas de Deng Xiaoping, inicia-se uma fase de integração total, voluntária e irreversível, com abertura ao capital estrangeiro, modernização produtiva e rápida ascensão na hierarquia do sistema mundial.

A partir dos anos 2000, a China desenvolveu estratégias explícitas para consolidar-se como grande potência, fortalecendo seu mercado interno, ampliando investimentos em países do Sul Global e promovendo sua imagem como uma potência pacífica e cooperativa (Belluzzo, 2009; Niu, 2013). Em vez de confrontar abertamente a ordem liderada pelos EUA, a China optou por integrar-se a ela, explorando suas oportunidades e influenciando as instituições internacionais a partir de dentro (Hung, 2018). Esse contexto, caracterizado pelo declínio da hegemonia estadunidense e pela ascensão chinesa, torna central a análise do papel do BRICS como instrumento da política externa da China.

China e BRICS

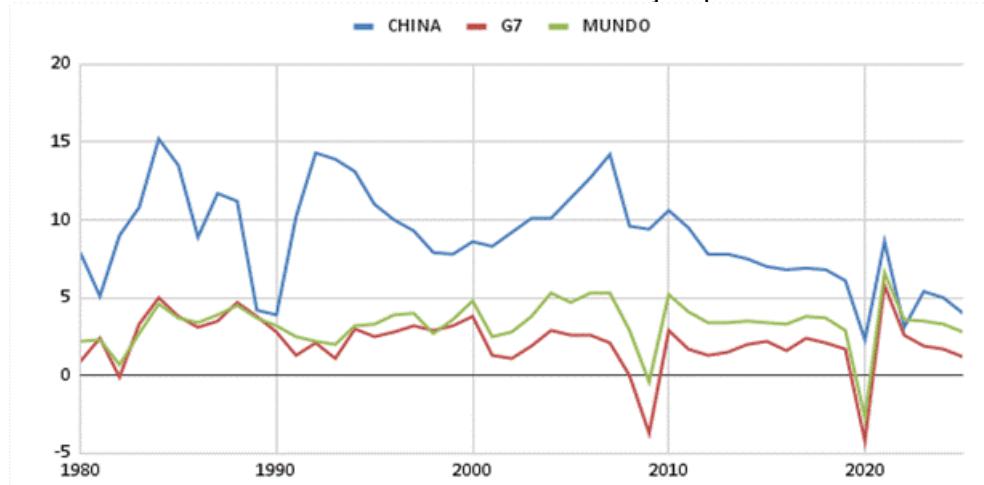
O capitalismo mundial se organiza em torno de hegemonias sucessivas, cada uma liderada por um Estado capaz de comandar a produção, o comércio, as finanças e a ordem internacional. Essas hegemonias têm um ciclo de vida, discutido anteriormente, e, no fim de cada ciclo, ocorre uma crise sistêmica, abrindo espaço para a emergência de um novo centro hegemônico. A ascensão da China ocorre justamente no contexto de declínio da hegemonia dos EUA, o que se alinha à fase de expansão financeira do ciclo norte-americano: baixo crescimento produtivo, financeirização e crises recorrentes (Arrighi, 2008; Vieira, 2025).

Neste cenário, a China assume um papel cada vez mais central na produção e comércio globais. Entre 1978 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) real da China

cresceu, em média, cerca de 10% ao ano. De 2010 a 2019, o crescimento manteve-se elevado, entre 6% e 7% ao ano, e, mesmo após os efeitos da pandemia de Covid-19, o país registrou 5,2% de crescimento em 2023 (FMI, 2025). Essa trajetória é marcada pela consolidação da China como plataforma produtiva global, especialmente após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, quando intensificou seu papel nas cadeias globais de valor (Vieira, 2025). Com um PIB nominal de US\$ 17,5 trilhões, apenas inferior ao dos EUA, a China representa aproximadamente 18% do PIB global. No comércio internacional, a centralidade chinesa também é visível: em 2023, o país importou US\$ 1,7 trilhões em bens, superando os EUA, com US\$ 1,1 trilhões (UNCTAD, 2023).

A comparação com os países do G7 – Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá – no Gráfico 1 revela o contraste entre a dinâmica chinesa e o crescimento moderado das economias avançadas. A comparação entre a China e os países do G7 revela dinâmicas econômicas opostas no atual momento do capitalismo mundial. Os países do G7 passam por um período marcado por baixo crescimento, crises como a de 2008 e pela financeirização de suas economias. Em contraste, a China se encontra em uma fase de expansão material. Seu crescimento econômico tem sido impulsionado por investimentos produtivos, com destaque para infraestrutura, industrialização e exportações (Arrighi, 2008; 2013).

Gráfico 1- Crescimento real do PIB – Variação percentual anual



Fonte: FMI (2025)

Em paralelo, o surgimento do BRICS pode ser compreendido no contexto das contradições do capitalismo contemporâneo. Desde os anos 1970, observou-se um deslocamento da atividade industrial dos países centrais para regiões periféricas, em

busca de mão-de-obra mais barata e de menor regulação (Arrighi, 2008). Nesse processo, a China, sob a liderança do PCC, transformou-se na “fábrica do mundo”, alcançando um nível de desenvolvimento econômico que a diferencia de outros países da periferia e da semiperiferia (Vieira, 2025). A abertura econômica atraiu grandes empresas globais, ampliando sua participação na economia mundial, com impactos sobre o mercado financeiro, a demanda por *commodities* e o uso internacional do renminbi (Xing, 2016). Simultaneamente, a China passou a explorar organismos e fóruns internacionais para promover seus interesses, tornando-se o maior parceiro comercial de diversos países e uma importante fonte de recursos e investimentos (Duarte, 2012; Vadell; Ramos; Neves, 2014; Hung, 2018).

Nesse contexto, a primeira Cúpula do BRICS em 2009 foi utilizada pela China para reforçar sua posição como potência emergente (Stuenkel, 2017). A aliança com outros países em desenvolvimento fortaleceu sua imagem como nação em desenvolvimento, o que traz vantagens estratégicas, como maior flexibilidade nas negociações climáticas e comerciais. Para Lo (2016), o BRICS serve como instrumento da política externa chinesa, contribuindo para sua ascensão. O grupo trata de temas ambientais, tecnológicos e sociais (BRICS, 2011, 2012, 2021, 2022, 2023), buscando uma ordem econômica mais equitativa e sustentável.

A ascensão econômica da China ocorre paralelamente à consolidação de uma política externa ativa, voltada para a reforma da ordem internacional e a ampliação da influência chinesa em instituições multilaterais. Essa orientação se manifesta na sobreposição de interesses entre os documentos estratégicos nacionais, como os Planos Quinquenais e os Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China, e os compromissos assumidos no âmbito do BRICS, conforme ilustrado no Quadro 1. Entre os pontos em comum, destacam-se a defesa de uma ordem internacional mais justa e equitativa, a promoção do desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da ONU, a cooperação Sul-Sul e a crítica à hegemonia. Ao vincular seus interesses aos compromissos multilaterais do BRICS, Pequim fortalece sua posição como referência para outras economias em desenvolvimento.

Quadro 1 – Interesses traçados nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC e nas Declarações de Cúpula do BRICS (2011-2024)

Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC	Cúpulas anuais do BRICS
Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;	Cooperação com países não-BRICS, particularmente países em desenvolvimento e economias emergentes;

<p>Aprofundamento da reforma e abertura;</p> <p>Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional;</p> <p>Consolidação dos progressos alcançados no combate a crise financeira global;</p> <p>Busca pelo desenvolvimento verde;</p> <p>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais;</p> <p>Apoiar a ONU, o G20, a OCX, o BRICS e outras organizações multilaterais;</p> <p>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;</p> <p>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;</p> <p>Cooperação bilateral, multilateral, regional e sub-regional;</p> <p>China como parceiro de outros países em desenvolvimento;</p> <p>Tornar a ordem e o Sistema Internacional mais justos e equitativos;</p> <p>Proteção da economia, direitos, interesses e soberania chinesas;</p> <p>Reformas na governança global, garantia de maior representação e poder de decisão para a China nos assuntos internacionais;</p> <p><i>One Country, Two Systems;</i></p> <p>Socialismo com características chinesas para uma Nova Era;</p> <p>Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação;</p> <p>Diplomacia com características chinesas;</p> <p>Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade;</p> <p>Não promoção da hegemonia;</p> <p>Priorizar a BRI e dar ênfase tanto em “bringing in” quanto “going global”;</p> <p>Igualdade e democracia entre todos os países;</p>	<p>Papel central da ONU e princípios da Carta da ONU;</p> <p>Reforma da ONU, incluindo o CSNU;</p> <p>Reforma do FMI;</p> <p>Apoiar o papel do G20 na governança econômica global e como principal fórum para a cooperação financeira e econômica internacional;</p> <p>Apoiar um sistema comercial multilateral forte, aberto, inclusivo, não discriminatório, transparente e baseado em regras;</p> <p>Preocupação com a turbulência no Oriente Médio, Norte de África, África Ocidental, Ucrânia, Península Coreana, Líbano, Faixa de Gaza, Cisjordânia, Irã e Síria;</p> <p>Garantir acesso estável, adequado e previsível ao financiamento de longo prazo para os países em desenvolvimento com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;</p> <p>Servir como uma voz para a promoção do desenvolvimento sustentável, crescimento inclusivo, estabilidade financeira e governança econômica internacional mais representativa;</p> <p>Preocupação com a pirataria e assaltos à mão armada no mar;</p> <p>Reforçar e apoiar a Cooperação Sul-Sul;</p> <p>Cooperação entre os BRICS na esfera cultural;</p> <p>Cooperação na área da saúde e da inovação tecnológica;</p> <p>Condenar as intervenções militares unilaterais, as sanções econômicas e a utilização arbitrária de medidas coercitivas unilaterais;</p> <p>Compromisso em moldar uma ordem internacional multipolar mais justa, equitativa e representativa para o benefício partilhado da humanidade;</p> <p>Reformar a governança internacional para que seja mais inclusiva, representativa e democrática, com uma participação significativa e maior dos países em desenvolvimento na tomada de decisões internacionais e melhor sintonizada com as realidades contemporâneas;</p> <p>Cooperação com outros mercados emergentes e países em desenvolvimento e apoio à promoção adicional do BRICS Outreach e da Cooperação BRICS Plus;</p> <p>Reforma da OMC, apoiando o desenvolvimento inclusivo e promovendo os direitos e interesses dos seus membros, incluindo os membros em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos;</p>
---	---

Objetivos de Longo Prazo para 2035;	Utilizar soluções inovadoras e inclusivas, incluindo ferramentas digitais e tecnológicas para promover o desenvolvimento sustentável e facilitar o acesso equitativo aos bens públicos globais;
Investimento de mais recursos na cooperação global para o desenvolvimento e apoiar outros países em desenvolvimento;	Cooperação entre os BRICS na esfera cultural;
Participação ativa na reforma e desenvolvimento da governança global;	Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços do BRICS (BCBPI);

Fonte: elaborado pelos autores com base em BRICS (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024) China (2011, 2016, 2021), Hu (2012) e Xi (2017, 2022)

Com o tempo, as iniciativas do BRICS foram incorporadas a um quadro institucional mais amplo, liderado pela China (Vadell, 2019). A liderança chinesa é visível na criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e no BRICS Plus, por meio dos quais a China se torna mais atraente para os países em desenvolvimento. Antes mesmo do NDB, o país já havia assinado o acordo de criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Para Picciano (2018), a China, ao participar da criação de novas instituições, contribui para a transformação da ordem global.

A estratégia da China nos BRICS está alinhada com seus objetivos mais amplos de política externa: aumentar sua influência, garantir acesso a recursos e promover um sistema internacional mais equilibrado (China, 2011, 2016, 2021; Xi, 2017, 2022). A cooperação do agrupamento em áreas como mudanças climáticas, segurança cibernética e saúde global visa fortalecer sua atuação conjunta e moldar a agenda internacional (Stuenkel, 2017). A influência chinesa é fundamental, tanto pelo seu peso econômico quanto por seu protagonismo comercial, tecnológico e diplomático. Ao promover uma ordem mais inclusiva e multipolar, o BRICS busca redefinir a governança global e redistribuir poder e recursos de forma mais justa (Bukhari; Malik; Mahmood, 2024).

A participação da China no BRICS também serve para suavizar a percepção internacional sobre sua ascensão. Segundo Niu (2013), fortalecer o BRICS é essencial para que a China seja vista de forma positiva e como uma potência benigna. O agrupamento também reivindica reformas na ordem econômica liberal, ao mesmo tempo em que promove princípios de cooperação Sul-Sul que desafiam o neoliberalismo (Vadell, 2019). Isso contribui para que a periferia e a semiperiferia percebam o BRICS como necessário e legítimo.

A expansão do BRICS também está relacionada ao interesse chinês em proteger seus recursos estratégicos e fortalecer laços com países do Sul Global. A

inclusão da África do Sul, por exemplo, teria sido apoiada pela China devido aos seus interesses geopolíticos no continente africano (Picciau, 2018). Já em 2017, a China propôs o BRICS Plus, expandindo o grupo para incluir outros países em desenvolvimento. A expansão ganhou destaque novamente na Cúpula de 2023, com a entrada de novos membros: Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Essa ampliação atende ao interesse chinês em estabilizar regiões centrais para a BRI e reforça sua presença em estruturas multilaterais, conforme apontado nos Planos Quinquenais e nos Relatórios dos Congressos do PCC. O BRICS Plus, ao oferecer voz aos países em desenvolvimento, favorece a agenda internacional chinesa e amplia seu prestígio internacional.

A China e o consenso internacional

O conceito de consenso internacional refere-se à aceitação de regras e instituições que estruturam a ordem econômica e política mundial. Esse consenso é fundamental para legitimar a liderança de uma potência hegemônica e garantir cooperação entre os Estados. Ele se modifica com o tempo, sobretudo quando novas potências desafiam a ordem vigente, abrindo espaço para conflitos e, eventualmente, para um novo consenso sob nova hegemonia (Arrighi, 2008, 2013; Arrighi; Silver, 1999).

Os bens públicos internacionais desempenham papel crucial na manutenção da hegemonia ao longo dos CSAs (Arrighi, 2013). Os bens públicos incluem, mas não se limitam, a paz e segurança internacionais, a estabilidade econômica global e a proteção ambiental, e são garantidos, muitas vezes através de instituições multilaterais que ajudam a implementar e regular as normas globais, pela potência hegemônica, pois esta tem interesse em manter uma ordem global estável para facilitar o comércio e os investimentos internacionais (Arrighi, 2013).

No caso dos Estados Unidos, o multilateralismo foi central na reconstrução do pós-guerra (Arrighi, 2013). Contudo, o sistema de governança criado por Bretton Woods, em 1944, favoreceu os países centrais e excluiu os interesses das nações periféricas (Arrighi; Silver, 1999). Nesse modelo, instituições como o Banco Mundial e o FMI tornaram-se instrumentos de promoção de políticas de ajustes estruturais neoliberais em países do Sul Global (Harvey, 2014).

A China, com a reforma e abertura iniciada em 1978, conseguiu se inserir nesse sistema e tornar-se uma das principais economias globais. Segundo Niu (2013), o país procura evitar confrontos diretos e, por isso, busca construir

interesses e valores compartilhados por meio do multilateralismo e da inovação. Para Hu Jintao (2012), o BRICS, juntamente com ONU, G-20 e Organização para Cooperação de Xangai, representa uma das principais arenas nas quais a China quer exercer maior protagonismo internacional. A importância do BRICS reside no fato de ser um fórum onde potências emergentes podem articular suas demandas ignoradas nas instituições dominadas pelo Ocidente.

O Quadro 2 demonstra como os interesses estratégicos da China, delineados em seus Planos Quinquenais e nos Relatórios do Congresso do PCC, convergem com os compromissos assumidos no âmbito do BRICS. Entre 2011 e 2024 observa-se uma harmonização entre os interesses da China e os compromissos multilaterais do BRICS. Desde a defesa de uma estratégia de reforma e abertura econômica mutuamente benéfica, à priorização do desenvolvimento verde e do multilateralismo inclusivo, a atuação chinesa no BRICS contribui para disseminar normas, valores e práticas compatíveis com seus interesses. Vale pontuar, entretanto, que, embora identificados pontos convergentes, a prática do consenso adotada nas decisões do BRICS impacta diretamente naquilo que é discutido e estabelecido nos documentos finais das Cúpulas. Ou seja, só se discute aquilo com que todos os membros concordam. Não obstante, a convergência entre pontos de interesse da China e do BRICS reforça o argumento de que o agrupamento funciona como instrumento de política externa chinesa e contribui para a construção do consenso internacional por parte desse país.

Quadro 2- Temas de Interesses Estratégicos da China e do BRICS

Tema	2011–2015	2016–2020	2021–2024
Modelo de desenvolvimento	[PCC] Socialismo com características chinesas; Perspectiva científica sobre o desenvolvimento	[PCC] Socialismo com características chinesas para uma Nova Era; Perspectiva científica sobre o desenvolvimento	[PCC] Socialismo com características chinesas para uma Nova Era; Perspectiva científica sobre o desenvolvimento; Objetivos de longo prazo para 2035
Reforma e abertura econômica	[PCC] Aprofundamento da reforma e abertura; Estratégia de abertura mutuamente benéfica	[PCC] Aprofundamento da reforma e abertura; BRI (“bringing in” e “going global”)	[PCC] Aprofundamento da reforma e abertura; Estratégia de abertura mutuamente benéfica

Governança global e reforma institucional	[PCC] Apoio à ONU, G20, OCX e BRICS; Reforma da governança global [BRICS] Reforma da ONU (incluindo CSNU) e FMI; Papel central da ONU; Fortalecimento da OMC e do G20	[PCC] Reforma da governança internacional; Apoio aos esforços dos países em desenvolvimento [BRICS] Apoio à ONU, FMI, OMC e G20 como fóruns principais; Inclusão dos países em desenvolvimento	[PCC] Participação ativa na reforma e desenvolvimento da governança global [BRICS] Reforma da ONU, FMI, OMC; Fortalecer G20; Tornar governança mais inclusiva e representativa
Segurança internacional e críticas ao Ocidente	[BRICS] Condenação de sanções unilaterais; Críticas a intervenções militares; Preocupação com o Oriente Médio e África	[BRICS] Condenação de sanções unilaterais; Críticas a intervenções militares; Preocupação com o Oriente Médio, África, Península Coreana e nova ordem multipolar	[BRICS] Preocupação ampliada (Oriente Médio, Ucrânia, Gaza, Irã); Manutenção das críticas a sanções e intervenções
Projetos estratégicos e iniciativas	—	[PCC] Ênfase na BRI	[BRICS] Lançamento da BCBPI (Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços)
Cultura e influência global	[PCC] Aumentar competitividade da cultura chinesa; [BRICS] Cooperação cultural	[PCC] Cultura como ativo estratégico global [BRICS] Cooperação cultural	[PCC e BRICS] Cultura, inovação tecnológica e bens públicos globais
Diplomacia e valores internacionais	[PCC] Desenvolvimento pacífico; Cooperação Sul-Sul; Igualdade entre os países; One Country, Two Systems	[PCC] Diplomacia com características chinesas; Comunidade com o Futuro Compartilhado; Não hegemonia	[PCC] China não buscará hegemonia; Comunidade com o Futuro Compartilhado; Cooperação ampliada com emergentes (BRICS Plus)
Sustentabilidade e desenvolvimento verde	[PCC] Desenvolvimento verde como diretriz	[PCC] Desenvolvimento verde, com ênfase na cooperação internacional	[PCC] Sustentabilidade, soluções digitais e tecnológicas para bens públicos globais
Parcerias com países em desenvolvimento	[PCC e BRICS] Cooperação com países não-BRICS e economias emergentes; Sul-Sul	[PCC e BRICS] Aumentar assistência aos menos desenvolvidos	[PCC e BRICS] Cooperação com emergentes; BRICS Outreach e BRICS Plus; foco nos países menos desenvolvidos

Fonte: elaborado pelos autores com base em BRICS (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024) China (2011, 2016, 2021), Hu (2012) e Xi (2017, 2022).

No plano institucional, essa convergência de interesses se expressa na agenda de reforma da governança global. A China manifesta apoio ativo à ONU, FMI, OMC e G20, de modo a buscar construir uma arquitetura internacional mais justa e inclusiva. O BRICS tem reiterado essas propostas, demandando maior representatividade dos países em desenvolvimento nas decisões globais e denunciando as assimetrias persistentes em instituições como o FMI e Banco Mundial (Daldegan, Perachi, Souza, 2023; Daldegan, Carvalho 2022). O agrupamento funciona, assim, como um canal de pressão coletiva e legitimação das propostas reformistas chinesas, ampliando seu alcance e peso político.

Outro eixo importante de convergência é a ênfase no modelo de desenvolvimento, como apontam os documentos chineses que destacam o “socialismo com características chinesas para uma nova era”, a “perspectiva científica sobre o desenvolvimento” e os “objetivos de longo prazo para 2035”. Essas diretrizes encontram eco nas metas do BRICS voltadas para o crescimento inclusivo, a cooperação tecnológica e o acesso equitativo aos bens públicos globais. Inclusive nas práticas na concessão de financiamento adotadas pelo seu banco, o NDB (Daldegan, Borba, 2023). A ênfase em soluções digitais e inovação tecnológica como ferramentas para o desenvolvimento sustentável revela um alinhamento estratégico sobre o desenvolvimento internacional.

A dimensão geoeconômica e financeira também é crucial. Iniciativas como o NDB reforçam a autonomia dos países membros frente ao sistema financeiro dominado pelo Ocidente. A priorização que a China dá à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), está em sintonia com a ampliação das parcerias do BRICS com outros países por meio do BRICS Outreach e do BRICS Plus (Daldegan, Carvalho 2024).

No campo da segurança internacional, por meio do BRICS é promovida uma crítica à ordem liberal ocidental, sobretudo em relação às intervenções militares unilaterais e às sanções econômicas. A retórica do grupo nesse tema tem sido alinhada à posição tradicional da China de defesa da soberania nacional e da não intervenção. Ao defender um sistema internacional baseado em igualdade entre os Estados, cooperação pacífica e respeito mútuo, a China encontra no BRICS um espaço propício para difundir seus valores diplomáticos, sob a perspectiva de uma “comunidade com futuro compartilhado para a humanidade”.

Uma hegemonia no sistema interestatal capitalista não se sustenta apenas por sua superioridade militar ou econômica, mas sobretudo por sua capacidade de oferecer bens públicos internacionais que criem legitimidade e atraiam a adesão de

outros Estados. Esses bens incluem estabilidade geopolítica, instituições multilaterais representativas, oportunidades de desenvolvimento e um ambiente internacional previsível para o comércio e o investimento (Arrighi, 2008; 2013). Por meio do BRICS, a China se apresenta como promotora de uma ordem internacional multipolar, baseada na não intervenção, no respeito à soberania e na cooperação, valores centrais de sua diplomacia. Ao apoiar a reforma de instituições internacionais e fomentar novas iniciativas voltadas ao financiamento, à infraestrutura e à cooperação tecnológica, a China tenta reconfigurar os parâmetros da governança global, propondo uma arquitetura mais inclusiva e responsável às necessidades dos países do Sul Global.

A política externa contemporânea da China visa garantir seu protagonismo global, tendo em vista seu objetivo de rejuvenescimento da nação (Xi, 2017; 2022), especialmente através de parcerias com países em desenvolvimento e a defesa do multilateralismo. A China tem promovido um Sistema Internacional mais equilibrado, baseado em regras, e buscado reformas em instituições globais. O BRICS desempenha papel nessa estratégia, fornecendo uma plataforma para promover uma ordem mundial multipolar por meio da cooperação.

Em suma, ao comparar os interesses chineses e do BRICS, observa-se que o BRICS desempenha um papel fundamental ao acomodar e promover os interesses chineses de três maneiras. Em primeiro lugar, o BRICS promove a cooperação entre países da periferia e da semiperiferia, o que fortalece a posição da China como líder do Sul Global. Essa colaboração é vista como benéfica para todas as partes envolvidas, o que aumenta a influência da China baseada no consenso. Em segundo lugar, o BRICS apoia a reforma de instituições como o Banco Mundial, o FMI, a ONU e a OMC, que ainda refletem a configuração de poder do século XX, onde os países do centro têm vantagens desproporcionais. Essas reformas buscam criar um sistema mais justo e representativo, assim satisfazendo tanto os interesses chineses de maior influência global e reconhecimento, quanto o interesse da periferia e semiperiferia em serem melhor representadas. Por fim, o BRICS oferece novas opções de investimento para países em desenvolvimento através da criação do NBD, isso fortalece as economias periféricas e semiperiféricas e cria uma rede de parceiros econômicos que beneficiam a ascensão chinesa.

Considerações finais

Na economia-mundo capitalista, há períodos em que um país assume a posição de hegemonia. Essa posição se caracteriza pela capacidade de coerção e de consenso – este último conquistado por meio da oferta de bens comuns – e pela centralidade na acumulação de capital. Um país hegemonicó possui poder militar e econômico, mas também conduz a sociedade internacional conforme seus interesses, percebidos como universais. A hegemonia estadunidense durou até as Crises do Petróleo nos anos 1970, quando os EUA enfrentaram inflação e desemprego. A partir daí, o centro de acumulação começou a se deslocar para a Ásia Oriental, especialmente para a China, que se tornou polo de produção e inovação tecnológica.

A ascensão da China como potência global está intrinsecamente ligada à sua capacidade de construir consenso internacional em torno de um novo modelo de governança global – mais representativo, multipolar e orientado para o Sul Global. O BRICS tem desempenhado papel central nessa estratégia, ao funcionar como plataforma de articulação entre os interesses estratégicos chineses e as demandas compartilhadas por outros países emergentes. Através desse arranjo, a China consegue simultaneamente consolidar sua liderança regional e internacional e legitimar seu protagonismo na reestruturação da ordem global a partir do Sul.

O BRICS reforça a imagem da China como potência emergente comprometida com os interesses da periferia, ao articular a oferta de bens públicos, a defesa de reformas e a promoção de uma ordem multipolar mais representativa. Por meio do BRICS Plus e da Cooperação Sul-Sul, o grupo fortalece laços com países em desenvolvimento, ampliando redes de solidariedade e legitimidade internacional, especialmente para a China. Apesar de sua natureza informal, o BRICS conseguiu institucionalizar iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), demonstrando que a flexibilidade e a busca por consenso entre países com interesses distintos podem ser eficazes diante das instabilidades decorrentes da decadência do atual CSA baseado nos EUA.

A hipótese central desta pesquisa é que, por meio do BRICS, a China forma consenso internacional, elemento essencial à hegemonia. A análise dos Planos Quinquenais, dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China e das Declarações de Cúpula do BRICS indica que, ao estimular reformas na governança financeira, criar instituições – como NDB – e defender a soberania dos Estados, a

China, com apoio de seus parceiros no BRICS, fornece bens públicos internacionais. O BRICS serve como plataforma para promover essas reformas e consolidar sua influência global. No entanto, não se pode afirmar se a China assumirá a hegemonia na EMC, nem se esse sistema sobreviverá ao atual caos sistêmico.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Boitempo Editorial, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo, Contraponto: UNESP, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Chaos and Governance in the Modern World System**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta**: origens da crise global. 1º ed. São Paulo. Editora UNESP. FACAMP, 2009.
- BRICS. **3rd BRICS Summit: Sanya Declaration**. Sanya, China, 14 abr. 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/3-cupula-do-brics-2011/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **4th BRICS Summit: Delhi Declaration**. New Delhi, Índia, 29 mar. 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/4-cupula-do-brics-2012/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **5th BRICS Summit: eThekweni Declaration**. Durban, África do Sul, 27 mar. 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/5-cupula-do-brics2013/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **6th BRICS Summit: Fortaleza Declaration**. 15 jul. 2014, Fortaleza, Brasil. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/6-cupula-do-brics-2014/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **7th BRICS Summit: Ufa Declaration**. Ufa, Rússia, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/7-cupula-do-brics-2015/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **8th BRICS Summit: Goa Declaration**. Goa, Índia, 16 out. 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/8-cupula-do-brics-2016/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **9th BRICS Summit: Xiamen Declaration**. Xiamen, China, 4 set. 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/9-cupula-do-brics-2017/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **10th BRICS Summit: Johannesburg Declaration**. Johannesburg, África do Sul, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/10-cupula-do-brics-2018/>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BRICS. **11th BRICS Summit: Brasilia Declaration**. Brasília, Brasil, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/11-cupula-do-brics-2019/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **12th BRICS Summit: Moscow Declaration.** Rússia (virtual), 17 nov. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/12-cupula-do-brics-2020/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **13th BRICS Summit: New Delhi Declaration.** Índia (virtual), 9 set. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/13-cupula-do-brics-2021/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **14th BRICS Summit: Beijing Declaration.** China (virtual), 23 jun. 2022. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/24-cupula-do-brics-2022/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **15th BRICS Summit: Johannesburg II Declaration.** Sandton, África do Sul, 23 ago. 2023 Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/15-cupula-do-brics-2023/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **16th BRICS Summit: Kazan Declaration.** Kazan, Rússia, 24 out. 2024. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/16-cupula-do-brics-2024/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BUKHARI, Syed Rizwan Haider; MALIK, Shahzad Munir; MAHMOOD, Muhammad Asghar. Chinese BRICS: Contamination of US-led Neoliberalism. **Pakistan Social Sciences Review**, v. 8, n. 2, p. 320-331, 2024. Disponível em: <https://ojs.pssr.org.pk/journal/article/view/642>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CHINA. **The 12th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China.** National People's Congress, 2011. Disponível em: https://www.gov.cn/2011lh/content_1825838_3.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. **The 13th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China.** National People's Congress, 2016. Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. **The 14th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China.** National People's Congress, 2021. Disponível em: <https://cset.georgetown.edu/publication/china-14th-five-year-plan/>. Acesso em: 10 maio 2024.

DALDEGAN, William; BORBA, V. The Development Concept in BRICS: An Analysis of Projects Financed by the NDB. **International Organisations Research Journal**, v. 18, p. 7-33, 2023. Disponível em: <https://iorj.hse.ru/en/2023-18-4/877323013.html> Acesso em: 20 set. 2024.

DALDEGAN, William; CARVALHO, Carlos Eduardo. Brics as a Dynamic and in Process Phenomenon of Global Planning: an analysis based on the 2009-2020 annual summit declarations. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, [S.I.], v. 10, n. 1, p. 117-147, abr. 2022. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/25807>. Acesso em: 05 set. 2022.

DALDEGAN, William; CARVALHO, C. E. BRICS Plus: Perspectivas da Proposta de Expansão/ BRICS Plus: Perspectives of the Expansion Proposal. **Intellector** (CENEGRI), v. XXI, p. 74-84, 2024. Disponível em: <https://zenodo.org/records/13207584>. Acesso em: 20 set. 2024.

DUARTE, Paulo. **Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 501-529, jul./dez 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/CqWRqLTS7fcY6Tjw7mYKWYL/abstract/?lang=en>. Acesso em: 05 set. 2022.

DALDEGAN, William; PERACHI, Amanda. L. ; SOUZA, Cassiane. O BRICS na governança global: uma análise a partir da contestação e contra-institucionalização em Michael Zurn.

Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 8, p. 1, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.15210/rsulacp.v8i2.23372>. Acesso em: 20 set. 2024

DUGGAN, Niall.; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasilia: BRICS and the G20, road to nowhere? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KQZzD6pP8xXzyQfL7HhYzKM/abstract/?lang=en#>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FMI – International Monetary Fund. **World Economic Outlook**: real GDP growth. Data mapper. Abril 2025. Disponível em:

https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEOWORLD/CHN/MAE. Acesso em: 11 jul. 2025.

FONSECA JUNIOR, Gelson. BRICS: notas e questões. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimentel. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasilia: Funag, 2013. p. 21-46.

FOOT, Rosemary. O poder chinês e a ideia de um país responsável. In: SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani (Orgs.). O que a China quer? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 6-32.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HENDLER, Bruno. A crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. In: MUSSE, Ricardo (Org.). **China contemporânea**: seis interpretações. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 95-127.

HU, Jintao. **Firmly March on the Path of Socialism with Chinese Characteristics and Strive to Complete the Building of a Moderately Prosperous Society in all Respects**. Report to the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China on November 8, 2012. Disponível em: <https://www.idcpc.gov.cn/english/cpcbrief/18thParty/index.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

HUNG, Ho-Fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPi/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2023.

LO, Bobo. The Illusion of Convergence – Russia, China, and the BRICS. **Russie.Nei.Visions**, n. 92, 2016. Disponível em: <https://www.ifri.org/en/publications/notes-de-ifri/russienevisions/illusion-convergence-russia-china-and-brics>. Acesso em: 20 jun. 2024.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 197-229, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 set. 2023.

PICCIAU, Simona. BRICS engagement for global governance: perspectives of the Chinese leadership. **RDUNO**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unochapecó, v. 1, n. 1, fevereiro de 2018, p. 138-56. Disponível em: <https://doi.org/10.46699/rduno.v1i1.4503>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVER, Beverly J.; ARRIGHI, Giovanni. O fim do longo século XX. In: FILOMENO, Felipe Amin; VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico**: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 77-96.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2017.

TOKHI, A. The Contestation of the IMF. IN: STEPHEN, Matthew D.; ZURN, Michael. **Contest World Orders**: Rising Powers, Non-Governmental Organizations, and the Politics of Authority Beyond the Nation-State. Oxford: Oxford University Press, 2019.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **UNCTAD Handbook of Statistics**. Merchandise Trade. 2023. Disponível em: <https://hbs.unctad.org/merchandise-trade-by-product/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VADELL, Javier. La iniciativa BRICS y China: entre la emergencia y la irrelevancia. **Nova Economia**, v. 29 n. 2 p. 401-428, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512019000200401&tlang=es. Acesso em: 28 fev. 2023.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. **The international implications of the Chinese model of development in the Global South**: asian consensus as a network power. Revista Brasileira de Política Internacional, [S.L.], v. 57, n. , p. 91-107, 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400206>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VIEIRA, Pedro Antônio. **Economia política dos sistemas-mundo**: origem, fundamentos teórico-metodológicos e aplicações. Florianópolis: Insular, 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Século XXI**: Impasses e conflitos. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I**: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. California: University of California Press, 2011a [1974].

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II**: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. California: University of California Press, 2011b [1980].

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III**: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730s-1840s. California: University of California Press, 2011c [1988].

XI, Jinping. **Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era**. Report to the Nineteenth National Congress of the Communist Party of China on October 18, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

XI, Jinping. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive in Unity to Build a Modern Socialist Country in All Respects**. Report to the Twentieth National Congress of the Communist Party of China on October 16, 2022. Disponível em:

<https://english.news.cn/20221025/8eb6f5239f984f01a2bc45b5b5db0c51/c.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

XING, Li, The Expansion of China's Global Hegemonic Strategy: Implications for Latin America. **Journal of China and International Relations** Special Issue, 2016, p. 1-26. Disponível em: <https://doi.org/10.5278/OJS.JCIR.V4I2.1587>. Acesso em: 04 jul. 2024.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Ester Gruppelli Kurz - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

William Daldegan – Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - bolsas de doutorado e mestrado.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Informar conflitos de interesse: financeiros, pessoais, entre possíveis revisores e editores, possíveis vieses temáticos. Para mais informações: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/whitepaper_CSE.pdf

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 18-08-2025

Aprovado em: 15-11-2025